

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 26, DE 11 DE AGOSTO DE 2021 – CONSEPE/UFT

Dispõe sobre os **estágios obrigatórios e não obrigatórios** da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 11 de agosto de 2021, via web conferência, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Normativa dos **estágios obrigatórios e não obrigatórios** da Universidade Federal do Tocantins, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Revogar as Resoluções Consepe números 03/2005 e 20/2012.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.001380/2021-08.

EDUARDO JOSÉ CEZARI
Pró-Reitor de Graduação, no Exercício da Reitoria



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

NORMATIVA DOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS E NÃO OBRIGATÓRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.

Anexo da Resolução nº 26/2021 - Consepe

Aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 11 de agosto de 2021.

Palmas/TO,
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 26/2021 – CONSEPE

NORMATIVA DOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS E NÃO OBRIGATÓRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.

CAPÍTULO I

Da Conceituação dos Estágios

Art. 1º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

CAPÍTULO II

Das Modalidades de Estágio

Estágio Obrigatório

Art. 3º O Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

Art. 4º O estágio curricular obrigatório exige matrícula no curso e na disciplina referente ao estágio, e respeito aos pré-requisitos estabelecidos no Projeto Pedagógico do curso.

Parágrafo único. Os professores das disciplinas de Estágio designado pelo colegiado do curso é o professor orientador de estágio.

Art. 5º É facultativa a concessão de bolsa estágio e auxílio-transporte no estágio obrigatório, nos termos da lei 11.788/2008.

Estágio Não Obrigatório

Art. 6º O Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, conforme previsto no Projeto Pedagógico do curso.

Art. 7º É compulsória a concessão de bolsa estágio e auxílio-transporte no estágio não obrigatório, nos termos da lei 11.788/2008.

§ 1º É permitida a realização de estágio obrigatório concomitantemente com um estágio não obrigatório, desde que haja compatibilidade de horário e que a carga horária semanal não ultrapasse 40 horas, nos termos da Instrução normativa nº 213/2019 do Ministério da Economia.

CAPÍTULO III

Da Operacionalização dos Estágios

Art. 8º A gestão administrativa dos estágios obrigatórios e não obrigatórios será de competência das centrais de estágio de cada campi, conforme competências e fluxos estabelecidos pela UFT.

Art. 9º A gestão pedagógica dos estágios obrigatórios e não obrigatórios será de competência dos colegiados de cada curso, conforme competências e fluxos estabelecidos pela UFT.

Art. 10. A Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP) e suas respectivas unidades de Gestão Recursos Humanos (GDH), assumirão as responsabilidades e competências de Unidades Concedentes de Estágio, no caso dos estágios não obrigatórios internos, realizados no âmbito da UFT, conforme IN nº 213/2019 do Ministério da Economia.

Parágrafo único. Fica vedada a concessão de estágio com bolsa no âmbito da UFT, ao discente que possua vínculo empregatício de qualquer natureza e/ou que seja beneficiado por qualquer modalidade de bolsa interna ou externa, com exceção de auxílios financeiros instituídos no âmbito da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Art. 11. A realização do estágio curricular obrigatório ou não obrigatório requer:

- I – Convênio entre a UFT e a Unidade Concedente do Estágio;
- II – Comprovação de matrícula em curso de graduação da UFT, para o estágio não obrigatório;
- III – Comprovação de matrícula em disciplina de estágio supervisionado, para o estágio obrigatório;
- IV – Matrícula e frequência do aluno no curso de graduação ao qual está vinculado;
- V – Celebração do Termo de Compromisso de Estágio com plano de atividades e supervisor de formação profissional compatível com a área desenvolvida no curso do estagiário.

CAPÍTULO IV

Do Estabelecimento de Convênios

Art. 12. É requisito obrigatório para a realização de estágio curricular obrigatório e não obrigatório, que as instituições e/ou empresas concedentes do estágio possuam convênio vigente firmado com a UFT.

Parágrafo único. As instituições e/ou empresas indicadas devem atender às condições previstas nesta resolução e aos requisitos para a formação acadêmico-profissional definidos no Projeto Pedagógico dos cursos de graduação da UFT.

Art. 13. As instituições e/ou empresas concedentes de estágios intermediados por Agentes de Integração conveniados com a UFT são automaticamente parceiras.

Art. 14. A Coordenação de Convênios do Gabinete da Reitoria é a unidade administrativa responsável pela formalização do processo de convênio.

CAPÍTULO V

Dos Campos de Estágio

Art. 15. São considerados campos de estágio:

I – Pessoas Jurídicas de direito privado;

II – Órgãos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados e dos Municípios;

III – Profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional;

IV – Associações, cooperativas, consórcios, Organizações Não Governamentais, desde que legalmente constituídos;

V – Instituições de ensino ou centros de pesquisa no exterior.

Art. 16. A UFT estabelece o cumprimento dos seguintes critérios por partes das instituições/empresas/profissionais:

I - Cadastro da Unidade Concedente e de seus respectivos supervisores de estágio no Sistema de Acompanhamento e Gestão de Estágios (Sage) da UFT;

II – Planejamento e execução conjunta das atividades de estágios;

III – Existência de infraestrutura material e de recursos humanos para receber o estagiário;

IV – Existência, no quadro de pessoal, de profissional com formação ou experiência na área de conhecimento do curso do estagiário, que atuará como supervisor do mesmo durante o período integral de realização das atividades;

V – Avaliação e aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos específicos da área de conhecimento trabalhada pelo estagiário no seu curso de graduação;

VI – Aceitação das condições de orientação, acompanhamento e avaliação por parte da UFT, conforme legislação vigente;

VII – Anuência e acatamento às normas disciplinares dos estágios da UFT.

CAPÍTULO VI

Da formalização do estágio

Art. 17. São requisitos obrigatórios para a formalização do estágio curricular obrigatório e não obrigatório:

I - Termo de Compromisso de Estágio (TCE) celebrado entre o estagiário, a parte concedente e a instituição de ensino;

II - Plano de Atividades, pactuado conjuntamente entre o estagiário, o supervisor na unidade concedente e o professor orientador de estágio na UFT.

Art. 18. Quando houver prorrogação da vigência do TCE ou alteração das atividades, da carga horária, do supervisor ou do professor orientador, deverá ser celebrado um Termo Aditivo ao TCE.

§ 1º A prorrogação do estágio somente será consolidada mediante apresentação dos relatórios parciais semestrais e do termo aditivo ao TCE, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 2 (dois) anos de estágio por unidade concedente, nos termos da lei 11.788/2008.

§ 2º Quando se tratar de estagiário portador de deficiência, a duração do estágio na mesma unidade concedente poderá exceder 2 (dois) anos, podendo permanecer até o término do curso.

Art. 19. Os supervisores e estagiários deverão entregar à UFT, em prazo estipulado no Termo de Compromisso e não superior a 6 (seis) meses, relatório avaliativo das atividades realizadas no estágio, de acordo com o plano de atividades pactuado no TCE, conforme modelo próprio fornecido pela UFT e com vista obrigatória do professor orientador e do estagiário.

§ 1º É vedado o acúmulo das funções de professor orientador da UFT e supervisor de estágio da Unidade Concedente, dessa forma, devem ser indicadas pessoas distintas para essas funções no ato de celebração dos Termos de Compromisso de Estágio.

§ 2º Cada supervisor poderá orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente, conforme lei 11.788/2008 ou de acordo com as regras e exigências do conselho profissional.

CAPÍTULO VII

Do Aproveitamento nas Disciplinas de Estágio

Art. 20. O discente que estiver em exercício regular de atividade profissional poderá solicitar aproveitamento integral ou parcial do estágio curricular obrigatório, desde que:

I - Esteja previsto no Projeto Pedagógico do Curso, que possua estreita relação com a área de atuação profissional, e que seja respeitado as normativas e legislação que determina a carga horária máxima de aproveitamento da disciplina de estágio;

II – O discente esteja matriculado na disciplina de estágio obrigatório supervisionado concomitantemente à realização da atividade profissional;

III – Obedeça aos critérios previstos na legislação específica da atividade profissional desenvolvida;

IV – Esteja atendida por Políticas, Programa e Projetos estabelecidos a partir de diretrizes e orientações de Notas Técnicas e Instruções Normativas da Universidade Federal do Tocantins.

Parágrafo único. O aproveitamento de atividades profissionais, não dispensará a entrega de relatórios e demais atividades definidas no programa da disciplina curricular de estágio.

Art. 21. O estágio curricular não obrigatório poderá ser aproveitado como estágio obrigatório, desde que:

I- Esteja sendo realizado concomitantemente à matrícula na disciplina de estágio obrigatório;

II – Esteja previsto no Projeto Pedagógico do Curso e obedecendo aos critérios legais e pedagógicos;

§ 1º O aproveitamento das atividades de estágio não obrigatório deverá respeitar as normas estabelecidas nos regulamentos dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFT e nas demais legislações pertinentes.

§ 2º Atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

§ 3º O colegiado do curso e os professores orientadores de estágio, deverão informar às Centrais de Estágio sobre os alunos que realizaram aproveitamento das disciplinas de estágio obrigatório a cada semestre, para fins de controle administrativo das documentações de estágio.

CAPÍTULO VIII

Das Competências

Art. 22. Compete ao Setor de Convênios:

I – Orientar sobre os procedimentos para estabelecimento de convênios com instituições e/ou empresas concedentes do estágio;

II - Formalizar o processo de convênio com instituições e/ou empresas concedentes do estágio;

III – Atualizar no SAGE os dados dos convênios de estágio vigentes.

Art. 23. Compete à PROGRAD:

I – Construir e disseminar a política de estágios da UFT, de acordo com a legislação vigente dentro e fora da instituição;

II – Normatizar os processos e procedimentos relativos a estágio no âmbito da UFT;

III – Assessorar os envolvidos nos processos de estágios, sobre os procedimentos, normas e legislações de estágio;

IV – Fomentar a integração entre as Centrais de Estágio dos campi da UFT, mantendo a harmonia entre as atribuições administrativas de cada uma;

V - Emitir parecer sobre regulamento de estágio, constantes nos PPCs dos cursos;

VI – Elaborar instrumentos de avaliação da política de estágios e seu impacto na formação dos discentes;

VII – Propor, acompanhar e atuar juntamente ao setor de Tecnologia da Informação na criação e/ou atualização do sistema integrado de gestão de estágios, proporcionando a desburocratização e efetividade no atendimento das demandas de estágios;

VII – Contratar, em favor dos discentes, apólice contra acidentes pessoais, no caso do estágio obrigatório e não obrigatório interno.

Art. 24. Compete à PROGEDEP e aos RHs, conforme a IN nº 213/2019 do Ministério da Economia:

I – Gerir, enquanto Unidade Concedente, os estágios não obrigatórios internos realizados no âmbito da UFT;

II – Assinar o Termo de Compromisso de Estágio, como representante da UFT enquanto Unidade Concedente de Estágios;

III – Gerir editais de seleção de estágio não obrigatório realizados no âmbito da UFT;

IV – Cadastrar, no quadro funcional, estagiários não obrigatórios internos selecionados por meio de edital da UFT;

V - Gerenciar a frequência dos estagiários não obrigatórios internos;

VI – Autorizar e gerir os pagamentos de bolsa, auxílio transporte e qualquer outro benefício pecuniário que venha a fazer parte do contrato de estágio não obrigatório interno;

VII – Certificar, ao término das atividades, os estagiários não obrigatórios internos, mediante apresentação do relatório avaliativo final e termo de realização de estágio pelo supervisor.

Parágrafo único. As unidades setoriais ou projetos vinculados à UFT poderão realizar processos seletivos de estagiários não obrigatórios internos com autonomia, desde que a

PROGEDEP seja previamente consultada para a verificação de disponibilidade orçamentária e compatibilidade com o quadro de pessoal, conforme IN nº 213/2019 do Ministério da Economia.

Art. 25. Compete ao Colegiado de Curso:

I – Indicar prazo para matrícula em disciplina de estágio obrigatório e para a entrega dos documentos exigidos;

II – Referenciar e/ou indicar professores orientadores, das áreas a serem desenvolvidas no estágio, para o acompanhamento e avaliação das atividades dos estagiários obrigatórios e não obrigatórios do curso;

III – Homologar regulamentação específica para os estágios obrigatórios e não obrigatórios do curso, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE);

IV – Manter indicadores pedagógicos de estágio no respectivo curso atualizados;

V – Disciplinar as atividades referentes ao estágio supervisionado curricular em normativa própria conforme as diretrizes curriculares nacionais do curso.

§ 1º Serão considerados os indicadores quantitativos de oferta, evasão, retenção, aproveitamento e frequência, e, para os indicadores qualitativos serão consideradas as avaliações dos supervisores e orientadores, assim como o mapeamento das unidades concedentes de campo de estágio do curso.

§ 2º O colegiado poderá contar com uma comissão de docentes para auxiliar nas atividades supracitadas.

Art. 26. Compete aos professores orientadores de estágio:

I - Decidir sobre a viabilidade estrutural e técnica para a realização dos estágios nas unidades concedentes, de forma que os estudantes sejam devidamente alocados, conforme a Lei de Estágios e o Projeto Pedagógico do Curso vigente;

II - Articular novos campos de estágio com outras organizações para os discentes do curso realizarem o estágio curricular obrigatório e não obrigatório;

III - Orientar os discentes e supervisores quanto ao preenchimento do TCE e do plano de atividades de estágio, bem como sobre a elaboração dos relatórios avaliativos parciais e/ou finais;

IV - Assinar o Termo de Compromisso de Estágio, enquanto docente indicado pela coordenação do curso para orientar o estágio e encaminhar à Divisão de Estágio do campus;

V - Avaliar as atividades previstas nos planos de atividades de estágio, de forma a garantir a compatibilidade com a formação do aluno e o cumprimento da lei de estágio;

VI - Realizar visitas aos locais de estágio para verificação das atividades efetivamente desempenhadas pelo estagiário;

VII - Estabelecer, frequentemente, contato com a Divisão de Estágios do respectivo campus, informando sobre a situação dos campos de estágio e sua adequação;

VIII - Orientar os discentes no âmbito das atividades práticas propostas no estágio obrigatório e não obrigatório;

IX - Informar à Divisão de Estágios do campus quando do encerramento das atividades de estágio, providenciando a entrega dos relatórios avaliativos parciais/finais e do termo de realização do estágio, preenchidos pelo supervisor e pelo estagiário.

Art. 27. Compete às Divisões de Estágio dos campi:

I - Coordenar a execução da política de estágios no âmbito dos campi, tendo como base a legislação em vigor e os documentos institucionais que a normatizam;

II – Orientar e divulgar sobre os procedimentos, rotinas e padrões documentais relativos aos estágios obrigatórios e não obrigatórios da UFT;

III – Manter indicadores sobre estágio atualizados, no âmbito do campus e seus respectivos cursos de graduação;

IV – Manter contato com os colegiados a fim de articular ações de acompanhamento e avaliação dos estágios junto aos cursos;

V – Intermediar o contato entre os colegiados e a PROGRAD nos assuntos relacionados aos estágios;

VI – Assessorar os colegiados dos cursos e as unidades concedentes, exclusivamente em questões relacionadas aos estágios;

VII – Articular com outras organizações, contando com apoio dos colegiados, novos campos de estágio para os discentes;

VIII – Assinar o Termo de Compromisso de Estágio, como representante da UFT enquanto Instituição de Ensino, no caso do estágio obrigatório e não obrigatório.

Art. 28. Compete às Unidades Concedentes de Estágio:

I – Firmar convênio com a UFT para a realização de estágio curricular obrigatório e não obrigatório com alunos da instituição;

II - Realizar cadastro no Sistema de Acompanhamento e Gestão de Estágios (Sage) da UFT;

III – Assinar Termo de Compromisso de Estágio (TCE) para formalização dos estágios;

IV - Conceder bolsa estágio e auxílio transporte ou outra contraprestação, conforme lei 11.788/2008, para os estágios não obrigatórios;

V - Disponibilizar funcionário pertencente ao quadro de pessoal, com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvida no curso do aluno, para supervisionar as atividades de estágio;

VI - Contratar, em favor dos discentes, apólice contra acidentes pessoais, no caso do estágio não obrigatório;

VII - Zelar pela saúde física e mental do estagiário dentro da Unidade Concedente e durante a realização das atividades de estágio;

VIII - Apresentar ao estagiário as normas e procedimentos estabelecidos na Unidade Concedente;

IX - Ofertar instalações que tenham condições adequadas de propiciar ao estagiário o desenvolvimento das atividades de estágio;

X - Cobrar junto aos supervisores de estágio, o envio à Instituição de Ensino dos relatórios avaliativos, em prazo não superior a 6 (seis) meses, com vista obrigatória do estagiário;

XI – Configurar a Universidade Federal do Tocantins como unidade concedente quando os estagiários realizarem suas atividades nas unidades administrativas e pedagógicas da instituição que podem ser compreendidas como setores de estágio.

Art. 29. Compete aos supervisores de estágio nas unidades concedentes:

I - Realizar cadastro no Sistema de Acompanhamento e Gestão de Estágios (Sage) da UFT;

II – Propor, conjuntamente com o professor orientador, plano de atividades compatível com a área de formação do estagiário;

III – Assinar o Termo de Compromisso de Estágio, enquanto supervisor na Unidade Concedente;

IV – Atuar diretamente no acompanhamento, supervisão e controle das atividades incumbidas ao discente durante o estágio;

V – Controlar a frequência, recesso e o cronograma de desempenho das atividades de estágio;

VI - Avaliar o desempenho do discente, no cumprimento das atividades propostas no plano de atividades de estágio;

VII - Enviar à Instituição de Ensino, em prazo não superior a 6 (seis) meses, relatórios avaliativos parciais/finais das atividades, com vista obrigatória do estagiário e do professor orientador;

VIII – Informar à Instituição de Ensino, com antecedência, em caso de desligamento de estagiário;

IX - Preencher e enviar à Divisão de Estágios, o relatório avaliativo final e o termo de realização do estágio, com vista obrigatória do estagiário e do professor orientador.

Art. 30. Compete ao Estagiário:

I - Assinar o Termo de Compromisso de Estágio e o Plano de Atividades;

II - Cumprir o Termo de Compromisso de Estágio e o Plano e Atividades, observando horários, prazos e cronogramas;

III - Seguir normas e procedimentos instituídos pela Unidade Concedente do Estágio e pela UFT;

V – Preencher e assinar a folha de frequência de estágio;

VI – Enviar à Divisão de Estágios, em prazo não superior a 6 (seis) meses, os relatórios avaliativos das atividades de estágio, os quais deverão ser obrigatoriamente vistos pelo supervisor da Unidade Concedente e pelo Professor Orientador da UFT;

VII - Informar, com antecedência, em caso de desligamento de estágio antecipado;

VIII - Informar à Instituição de Ensino qualquer irregularidade ocorrida durante a realização do estágio.

CAPÍTULO IX
Das Disposições Gerais

Art. 31. A carga horária do estágio será no máximo de 6 (seis) horas diárias e de 30 (trinta) horas semanais.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no Projeto Pedagógico de cada curso e da Instituição de Ensino.

§ 2º Nos períodos de avaliações acadêmicas, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso e na lei de estágio, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 32. As questões omissas serão tratadas pela PROGRAD, com apoio das Centrais de Estágio, da PROGEDEP e dos colegiados dos cursos, conforme a modalidade de estágio e as competências definidas.

Art. 33. Os documentos e formulários citados nesta resolução serão elaborados e atualizados pela PROGRAD e disponibilizados no Portal da Universidade.

Art. 34. Esta resolução se baseia na Lei 11.788/2008 e na Instrução Normativa nº 213/2019 do Ministério da Economia, e será atualizada conforme novas normativas.

Art. 35. Todos os dispositivos desta resolução serão executados conforme fluxos, orientações, normas e documentos padrões definidos pela PROGRAD, juntamente com as demais unidades setoriais que operacionalizam os estágios na Universidade.

Art. 36. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Palmas/TO, 11 de agosto de 2021.